

doze meses, não compreende a quantidade por conta da qual já foram feitas entregas de leite pelo outro produtor durante esse período de doze meses, antes da transferência?

2. As disposições do direito comunitário ou os princípios fundamentais da organização comum de mercado no sector do leite e dos produtos lácteos opõem-se a uma disposição do direito nacional que, no quadro da compensação prevista no artigo 10.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 1788/2003, da parte não utilizada da quantidade de referência nacional com excessos de entrega, na hipótese referida na primeira questão, permite ao produtor que adquiriu a exploração durante o período de doze meses participar também com a quantidade de referência já entregue pelo outro produtor na atribuição daquela parte não utilizada?

(<sup>1</sup>) JO L 270, p. 123.

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Augstākās tiesas Senāts (República da Letónia) em 25 de Junho de 2009 — Dita Danosa/SIA LKB Līzings**

(Processo C-232/09)

(2009/C 220/37)

*Língua do processo: letão*

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Augstākās tiesas Senāts

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* Dita Danosa

*Recorrida:* SIA LKB Līzings

**Questões prejudiciais**

- 1) Um membro de um órgão de direcção de uma sociedade de capitais deve ser considerado um trabalhador na acepção do direito comunitário?
- 2) O facto de o artigo 224.º, n.º 4, do Código Comercial letão permitir a destituição de um membro do órgão de direcção de uma sociedade de capitais sem quaisquer restrições, nomeadamente sem levar em conta o estado de gravidez deste membro, é incompatível com o artigo 10.º da Directiva 92/85/CEE (<sup>1</sup>) e com a jurisprudência do Tribunal de Justiça?

(<sup>1</sup>) Directiva 92/85/CEE do Conselho, de 19 de Outubro de 1992, relativa à implementação de medidas destinadas a promover a melhoria da segurança e da saúde das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes no trabalho (décima directiva especial na acepção do n.º 1 do artigo 16.º da Directiva 89/391/CEE), JO L 348, p. 1

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Hof van beroep te Antwerpen (Bélgica) em 26 de Junho de 2009 — G. A. Dijkman e M. A. Dijkman-Lavaleije/Estado Belga**

(Processo C-233/09)

(2009/C 220/38)

*Língua do processo: neerlandês*

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Hof van beroep te Antwerpen

**Partes no processo principal**

*Recorrentes:* G. A. Dijkman e M. A. Dijkman-Lavaleije

*Recorrido:* Estado Belga

**Questão prejudicial**

Constitui uma violação do artigo 56.º, n.º 1, CE o facto de os residentes na Bélgica que investem ou depositam no estrangeiro, por exemplo nos Países Baixos, serem obrigados, para evitar a sujeição ao imposto municipal adicional previsto no artigo 465.º do WIB92, a recorrer a um intermediário belga para receber rendimentos de bens móveis ou de capitais, ao passo que os residentes na Bélgica que investem ou depositam na Bélgica podem sempre beneficiar do regime da retenção na fonte liberatória previsto no artigo 313.º do WIB92 e, como tal, evitar o imposto municipal adicional previsto no artigo 465.º do WIB92, visto que já foi retido na fonte o imposto sobre os rendimentos de bens móveis ou de capitais?

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pela Cour de cassation (Bélgica) em 1 de Julho de 2009 — Estado Belga/Nathalie de Fruytier**

(Processo C-237/09)

(2009/C 220/39)

*Língua do processo: francês*

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Cour de cassation

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* Estado Belga

*Recorrida:* Nathalie de Fruytier